O Brasil emerge, em 2025, como um dos protagonistas centrais do debate climático internacional, não apenas pelo peso geopolítico que tem vindo a recuperar, mas sobretudo pela responsabilidade ecológica que carrega enquanto guardião de uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta. A realização da COP30 em Belém, no coração da Amazónia, simboliza o reconhecimento mundial de que o futuro climático global passa, inevitavelmente, pelas decisões políticas, económicas e ambientais tomadas pelo país. Num momento em que o aquecimento global já ultrapassou 1,3 °C (IPCC, 2024), a transição ecológica deixou de ser um horizonte normativo e tornou-se uma urgência civilizacional. O Brasil, com 60% da floresta amazónica sob sua jurisdição e uma matriz energética predominantemente renovável, ocupa simultaneamente o papel de ator estratégico, mediador político e portador de enormes contradições internas que condicionam a sua capacidade de liderança.

O simbolismo de realizar uma conferência mundial sobre o clima na Amazónia é profundo. Trata-se não apenas de deslocar o centro das negociações do clima para um território onde os efeitos das alterações climáticas se manifestam de forma extrema, mas também de reconhecer a importância dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos ecossistemas florestais como elementos estruturantes para qualquer política climática global. Como afirmou Marina Silva em 2024, “quando a floresta queima, o planeta arde connosco”. A frase sintetiza a interdependência entre o destino da Amazónia e o destino climático do planeta. É por isso que a COP30 assume, desde já, um carácter histórico: nunca antes o mundo discutiu o clima tão perto do próprio coração do clima.

Segundo reportou o *Le Monde* (2025), o Brasil apresenta-se nas negociações com o objetivo de “garantir progresso concreto”. Esta expressão revela um país que procura abandonar oscilações políticas do passado e assumir, de forma estável, uma liderança baseada na cooperação internacional, na defesa da justiça climática e na exigência de um financiamento climático adequado às necessidades dos países do Sul Global. A reivindicação brasileira é clara: não é possível exigir proteção da floresta e mitigação de emissões sem que os países historicamente responsáveis pelo aquecimento global contribuam financeiramente para uma transição energética justa e inclusiva.

A literatura científica confirma este enquadramento. Autores como Viola e Franchini (2023) e Hochstetler (2024) situam o Brasil como um ator híbrido entre o Norte e o Sul, capaz de dialogar tanto com economias desenvolvidas como com outras nações emergentes,

construindo pontes num sistema internacional altamente fragmentado. A crise climática, como lembra António Guterres (2024), é antes de tudo uma crise de humanidade; por isso, o Brasil, enquanto potência ambiental, tem um papel singular na redefinição de modelos de desenvolvimento que conciliem crescimento com conservação.

A complexidade brasileira expressa-se também nos desafios do financiamento climático. De acordo com a *Climate Policy Initiative* (2025), o financiamento climático no Brasil duplicou desde 2019, alcançando 67,8 mil milhões de dólares em 2023, mas a distribuição desses recursos permanece desequilibrada: apenas 1% foi destinado ao setor florestal, apesar de ser justamente a floresta o principal ativo ambiental do país. Esta discrepância revela tensões estruturais entre os setores económicos e ambientais, e sublinha a necessidade de maior coerência entre o discurso internacional e a prática interna.

A Amazónia, centro simbólico e ecológico do planeta, continua a ser simultaneamente o maior trunfo e o maior desafio do Brasil. O INPE (2025) registou uma queda de 22% no desmatamento entre 2023 e 2024, reflexo de políticas mais rigorosas de fiscalização e cooperação interinstitucional. Contudo, a meta de desmatamento zero até 2030 exige articulação contínua entre ciência, tecnologia, governança e saberes tradicionais. A floresta, entendida como infraestrutura viva de regulação climática, não pode ser protegida apenas através de mecanismos punitivos; necessita de modelos económicos alternativos, como os que surgem no âmbito da bioeconomia amazónica (Brito & Nobre, 2024), capazes de transformar biodiversidade em valor sem transformar floresta em mercadoria.

Paralelamente, o Brasil enfrenta os desafios da transição energética. Com 87% da sua eletricidade proveniente de fontes renováveis (EPE, 2025), é reconhecido como líder internacional na matriz energética limpa, mas tal não significa ausência de problemas. O setor de transportes, fortemente dependente de combustíveis fósseis, e a expansão do agronegócio continuam a gerar significativas emissões. O avanço do hidrogénio verde e dos biocombustíveis posiciona o país como potencial exportador global de energia limpa (IEA, 2025), mas autores como Basso e Tiepolo (2024) alertam que qualquer transição energética deve ser acompanhada de políticas de justiça social, sob pena de aprofundar desigualdades já existentes.

A diplomacia climática brasileira, no entanto, não se faz apenas pelo alto escalão do Estado. Organizações da sociedade civil — como o Observatório do Clima — e universidades têm

desempenhado papel fundamental na monitorização de políticas públicas e na produção de conhecimento científico que sustenta decisões estratégicas. Ailton Krenak (2025) sintetiza essa centralidade ao afirmar: “quem cuida da Amazónia, cuida do planeta”. A frase revela um país onde a diplomacia não se limita às mesas de negociação, mas também se enraíza em práticas comunitárias e éticas que reconfiguram o significado político da floresta.

A realização da COP30 em Belém amplifica essa pluralidade de vozes, ao trazer para o palco global povos indígenas, comunidades ribeirinhas, cientistas, jovens e lideranças locais que historicamente foram excluídos dos grandes fóruns internacionais. A descentralização da conferência representa também a descentralização do debate: o mundo passa a ouvir a floresta, não apenas falar sobre ela. E nesse processo, o Brasil reforça-se como mediador entre agendas divergentes e como articulador de consensos possíveis.

O desafio brasileiro, porém, não reside apenas na construção de discursos, mas na implementação de políticas robustas e duradouras. A experiência histórica demonstra que avanços ambientais no Brasil podem ser rapidamente revertidos por mudanças políticas internas. Por isso, a COP30 será também um teste da capacidade do país de manter continuidade institucional e compromisso climático para além de governos específicos. Sachs (2024) e Lovins (2023) reforçam que o desenvolvimento sustentável não pode ser episódico; exige planejamento de longo prazo, educação ambiental e mecanismos de governança capazes de resistir a instabilidades políticas.

O Brasil encontra-se, assim, numa encruzilhada histórica. Pode optar entre a continuidade de modelos predatórios que comprometeram durante décadas a integridade da Amazónia, ou consolidar um modelo de desenvolvimento que torne o país referência mundial de transição ecológica justa. O potencial é imenso: biodiversidade única, capacidade técnica consolidada, matriz energética limpa e crescente reconhecimento internacional. Mas o risco também é grande: pressões económicas, desigualdades profundas e conflitos fundiários que desafiam a governança ambiental.

O futuro climático do planeta passa, inevitavelmente, pela Amazónia. E, por isso, passa pelo Brasil. Mais do que anfitrião da COP30, o país torna-se espelho e síntese das contradições globais: desenvolvimento versus conservação, crescimento económico versus justiça climática, urgência ambiental versus lentidão política. O Brasil não é apenas cenário da discussão — é parte estruturante da solução. O mundo olha para Belém não apenas à

procura de acordos, mas à procura de coragem. Como diria Paulo Freire, “o futuro do planeta depende da coragem de reinventar o presente”. E essa reinvenção, hoje, passa pela floresta que respira dentro do Brasil e pelo Brasil que respira dentro do mundo.

Referências Bibliográficas

Agência Brasil. (2025, 8 de outubro). *Brazil stresses urgency of funding climate action ahead of COP30*. https://agenciabrasil.ebc.com.br

Basso, L., & Tiepolo, A. (2024). *Just transition and energy democracy in Latin America*. *Energy Research & Social Science*, 106, 103490.

Brito, A., & Nobre, C. (2024). *Bioeconomia da Amazônia e sustentabilidade global*. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 14(2), 33–51.

Climate Policy Initiative. (2025). *Climate finance grows in Brazil driven by domestic resources*. https://www.climatepolicyinitiative.org

EPE. (2025). *Balanço energético nacional 2025*. Ministério de Minas e Energia.

Hochstetler, K. (2024). *The politics of climate change in Brazil*. Oxford University Press.

IEA. (2025). *Hydrogen in Latin America: Pathways for sustainable growth*. International Energy Agency.

INPE. (2025). *Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal*. Brasília.
Le Monde. (2025, 5 de novembro). *COP30: Optimistic Brazil seeks to secure concrete progress on climate action*. https://www.lemonde.fr

Lovins, A. (2023). *Reinventing fire: Strategies for a clean energy future*. Chelsea Green Publishing.

Sachs, J. (2024). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.

Schlosberg, D. (2023). *Defining Environmental Justice*. Oxford University Press.

Viola, E., & Franchini, M. (2023). *Brazilian climate policy in the global context*. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 25(4), 511–529.